



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Reeleição Municipal  
Análise descritiva da reeleição de Prefeitos em Alagoas  
(2008-2012)**

**Maria Izabel Ribeiro da Silva**

Maceió- AL, julho/2016.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA**

**MARIA IZABEL RIBEIRO DA SILVA**

**Reeleição Municipal  
Análise descritiva da reeleição de Prefeitos em Alagoas  
(2008-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal Alagoas – UFAL, sob orientação do Dr. Ranulfo Paranhos.

Maceió- AL, julho/2016.

**FOLHA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CUROS - TCC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS**

Monografia de autoria de **Maria Izabel Ribeiro da Silva**, intitulada: “Reeleição Municipal: Análise descritiva da reeleição de Prefeitos em Alagoas (2008-2012)” apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 01/08 de 2016, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Banca Examinadora:

---

**Prof. Ranulfo Paranhos**  
Orientador (ICS/UFAL)

---

**Willber da Silva Nascimento**  
Avaliador (DCP/UFPE)

---

**Diego Freitas Rodrigues**  
Avaliador (UNIT-AL)

Maceió- AL, julho/2016.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido a oportunidade, que desde sempre Deus esta comigo e o que me trouxe até aqui fora a minha Fé e Ele me dando capacidade pra vencer.

Depois a minha família (mãe, irmãos, esposo) por me ajudarem sempre, cada um de sua maneira minha mãe trabalhando dia e noite pra me sustentar nos estudos e ensinando os caminhos a seguir, nunca foi à escola, porém lutou e perseverou para dar o direito de ir à escola aos seus nove filhos, aos meus irmãos que junto com minha mãe trabalharam, mas nunca permitiram que me faltasse nada, ambos foi meu alicerce, meu esposo nessa última jornada teve muita compreensão e cobrança pra que chegasse a me formar.

Aos meus colegas de curso a até mesmo de outros cursos que de uma forma direta ou indireta contribuíram nessa jornada.

Agradeço também aos professores do curso que transmitiram seus conhecimentos formando assim não apenas cientistas sociais, mas cidadãos formadores e transformadores de conhecimentos, ideias.

E ao meu querido professor Ranulfo Paranhos que aceitou ser meu orientador, fez coisas grandes por mim, no entanto, acreditava que não iria conseguir, mas Ranulfo me deu força e, se cheguei até aqui professor fazes parte desta conquista e jamais esquecerei que se essa trajetória teve conclusão você fez parte, obrigada.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha família (mãe, esposo, filho, irmãos) e em especial minha mãe Cícera Belchior, mulher abandonada pelo seu companheiro por querer os filhos na escola, que lutou, sofreu e deixou de viver por si e passou a viver por mim e meus oito irmãos, o que sou devo a ela que hoje vejo as marcas nas linhas e entrelinhas dessa história escrita nas suas expressões, mãe essa vitória devo a ti, jamais esquecerei as noites que não dormias para fazer estalos de festas juninas para manter-me a estudar, a Deus por me conceder uma mãe guerreira que mesmo analfabeta lutou pela formação de seus filhos, te amo e obrigada por existir.

**EPIGRAFE**

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, nada seria.

1 coríntios 13

### **Resumo**

Quem se reelege prefeito nos municípios alagoanos? O trabalho busca responder essa questão, com o objetivo geral de descrever o perfil do prefeito que se reelege no Estado de Alagoas. Metodologicamente usaremos estatística descritiva para analisar um banco de dados sobre eleições 2008 e 2012 para o cargo de prefeito municipal. Os dados foram coletados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados indicam que: (1) os partidos com maior obtenção de votos incumbentes nos dois pleitos foram em 2008 PMDB, PTB, PP e PSC e 2012 foi PP, PMDB PSDB e PTB sendo a maioria homens, casados e com curso superior; (2) quanto maior o investimento em receita de campanha eleitoral (R\$), maior a probabilidade de o prefeito ser reeleito; e (3) pertencer ao partido do governador contribui para a reeleição do candidato a prefeito.

**Palavras-Chaves:** Reeleição, Emenda Constitucional, Eleição Municipal, Prefeito e comportamento eleitoral.

### **Abstract**

Who re-elected mayor in municipalities Alagoas? The work seeks to answer this question, with the overall objective to describe the profile of the mayor who was re-elected in the state of Alagoas. Methodologically we will use descriptive statistics to analyze a database on elections 2008 and 2012 for the post of mayor. Data were collected on the website of the Supreme Electoral Tribunal (TSE). The results indicate that: (1) the parties with greater obtaining incumbent votes in both elections were in 2008 PMDB, PTB, PP and PSC and 2012 was PP, PSDB PMDB and PTB and most men married and higher education; (2) the higher the investment in campaign revenue (R \$), the more likely the mayor re-elected; and (3) belonging to the governor's party contributes to the applicant's re-election for mayor.

**Keywords:** Reelection, Constitutional Amendment, Municipal Election, Mayor and electoral behavior.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LC - Lei Complementar

NEP- Números Efetivos de Partidos

STF - Supremo Tribunal Federal

TCU- Tribunal de Contas da União

TSE - Supremo Tribunal Eleitoral

VD- Variável Dependente

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição de candidatos <i>incumbents</i> por partido político e eleições (2008 / 2012).	38
Gráfico 2. Taxa de sucesso dos partidos (geral) e por <i>Incumbents</i> .....	39
Gráfico 3. Votos (%) por migração partidária em 2012.....	40
Gráfico 4. Votos (%) por migração partidária e situação <i>incumbent</i> ou desafiante.....	40
Gráfico 5. Gasto de campanha por tamanho do colégio eleitoral.....	42
Gráfico 6. Gasto de campanha por tamanho do colégio eleitoral .....	43
Gráfico 7. <i>Log</i> do gasto de campanha e percentual de votos por situação eleitoral.....	44

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Quadro geral das eleições por tipo de candidato.....	36
Tabela 2. Quadro geral das eleições por tipo de candidato e sexo.....	36
Tabela 3. Grau de Instrução dos <i>Incumbents</i> .....	37
Tabela 4. Estado civil dos candidatos à reeleição.....	37
Tabela 5. Descritivos do percentual de votos.....	39
Tabela 6. Descritivos do Gasto de Campanha (R\$).....	41
Tabela 7. Descritivos do Valor do Voto (R\$).....	41
Tabela 8. Correlação <i>log</i> do gasto com percentual de votos.....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Desenho de pesquisa.....	35
Quadro 2. Variáveis do trabalho.....	35

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I – O estudo da reeleição no brasil – Um balanço da literatura recente.....	17
CAPÍTULO II – Disputando nas municipais – O que sabemos?.....	26
CAPÍTULO III – Metodologia.....	35
CAPÍTULO III – Os reeleitos em Alagoas: uma análise descritiva.....	37
Considerações Finais.....	46
Referências Bibliográficas.....	48

## INTRODUÇÃO

---

Reeleição, Emenda Constitucional, eleições municipais, prefeito e comportamento eleitoral serão pontos essenciais na análise da solução do problema desta pesquisa, aonde o objetivo é chegar a uma resposta de *quem se reelege prefeito nos municípios alagoanos?* Mas, o que vem ser reeleição? É a possibilidade de o candidato que já ocupa o cargo político se reeleger novamente de forma imediata. Essa possibilidade se instaurou no Brasil em 4 de junho de 1997 e ficou conhecida como Emenda Constitucional nº 16/97. O fenômeno de reeleição além de dar ao candidato o direito de se reeleger de forma consecutiva dar o direito ao eleitor de decidir se os conduzem ou os nega o direito de se reeleger, renovando seu mandato.

Porém, é importante ressaltar que antes de ser instaurado o fenômeno de reeleição no país, o Brasil passou por vários processos políticos na Constituição brasileira, momentos que antecederam o processo de reeleição e que com base na constituição modificou o sistema político brasileiro reativando uma instituição do período da República Velha. A reeleição foi bastante discutida dividindo o pensamento político em dois grupos, os que apoiam o fenômeno como continuidade de governo e quem condenam visando o fenômeno como personalização e perpetuação de poder no cargo. Mesmo com oposições a Emenda Constitucional foi aprovada, alterando a constituição de 1988, sendo encaminhada ao legislativo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso perto do fim de seu mandato de Presidente, finalizando a proibição da reeleição, convertendo-se na Emenda Constitucional 16/97, onde o período presidencial no governo seria de 5 anos, contudo, com a aprovação do instituto de reeleição esse período foi alterado para 4 anos. Com a aprovação da Emenda Constitucional, chefes do executivo poderiam se candidatar a reeleição de imediato e o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente reeleito no Brasil.

O estudo mostra que o fenômeno de reeleição provoca discussões políticas, onde justificam o instituto apontando a necessidade do instrumento eleitoral para a

continuidade de governo ou condenam o instituto justificando como perpetuação de poder. Nessas discussões podemos destacar Hamilton e Tocqueville, possuindo ideias opostas Hamilton defende o instituto, segundo ele, a proibição da reeleição desestimularia o bom governo e privaria a comunidade da continuidade de um bom governo. Tocqueville justifica sua oposição ao instituto de forma problemática, afirmando que apesar de manter um bom governo, a reeleição seria favorável a práticas corruptas, ao nepotismo, onde o mandatário passaria a governar em benefício próprio e não do Estado.

Dentro dessas discussões políticas, a pesquisa observa o comportamento do eleitor, colocando em discussão explicações sobre o voto, onde há quem condene e quem defende esse comportamento eleitoral. A psicologia condena as decisões do eleitor acreditando ser errôneas, incompetentes, e de irresponsabilidades por carência de informações políticas. Os economistas, por outro lado defende as decisões do eleitor justificando que os eleitores possuem capacidade de reconhecimento de objetivos e interesses de escolher o candidato conforme suas necessidades e o qual se encaixem mais em sua realidade social.

Todavia há quem condene e quem defende o instituto de reeleição e o comportamento do eleitor. Para a oposição reeleição tem seus riscos e um deles é a perpetuação de poder político local, estimulando o abuso de poder. Favoravelmente, a reeleição é a continuidade de governo, onde estimula e aperfeiçoa a capacidade de decisão dos eleitores punir o governo que foi mal em sua gestão não o reelegendo e consagrando os que tiveram uma boa gestão.

O trabalho busca mostrar as mudanças ocorridas na política com o advento da reeleição, destacando a mudança na estrutura de carreira dos políticos, as estratégias dos políticos, perda do espaço político no governo (ex-prefeito X renovação), a permanência do prefeito no governo (incumbent).

Estudar as eleições municipais observando a função do prefeito, seus direitos e deveres, é de suma importância para a sociedade. Analisando desde a introdução do direito a reeleição, que vem sendo um ato praticado pelos chefes do executivo de imediato, sendo importante destacar que o eleitor tenha conhecimento do advento da reeleição e o que ela pode causar em um governo isso faz grande diferença no comportamento do mesmo no dia das eleições diante a urna eleitoral, no entanto, quando o eleitor escolhe seu candidato/ partido, estar a apostar no futuro ao mesmo tempo em que amplia seus direitos políticos.

Durante a pesquisa foi realizada um estudo sobre as eleições municipais alagoana no período de 2008 a 2012, analisando *quem se reelege prefeito nos municípios Alagoanos?* O trabalho está dividido em quatro capítulos, onde o primeiro capítulo aborda - *O estudo da reeleição no Brasil – Um balanço da literatura recente* destacando:

- i- O que é reeleição, o período que foi aderido o instituto de reeleição no país, quantas reeleições o candidato pode tentar;
- ii- As estratégias de reeleição
- iii- O que precisa ser, ter e o nível de dificuldades para ser reeleito.

O segundo capítulo aborda as *Disputando nas municipais – O que sabemos?* Destacando:

- i- Em termos de regras, como se realiza as eleições nas municipais.
- ii- Como se dá as eleições nas municipais

O terceiro capítulo vem a *Metodologia – Quais variáveis selecionar*, onde é apresentado o objeto de pesquisa o período analisado e as variáveis. O quarto capítulo ressalta sobre *Os reeleitos em Alagoas: uma análise descritiva*, onde são analisados os dados sobre os reeleitos em Alagoas. As análises buscará responder a questão central da pesquisa *quem se reelege prefeito nos municípios alagoanos?* Fazendo um estudo exclusivo das eleições de 2008 e 2012.

## CAPÍTULO I

### **O estudo da reeleição no Brasil – Um balanço da literatura recente**

---

O processo de reeleição representa a possibilidade de eleitores avaliarem o comportamento de seus representantes e decidirem se os conduzem para o cargo que ocupa, ou os nega o direito de se reeleger. A reeleição é a renovação do mandato de forma consecutiva, permitindo ao candidato a oportunidade de permanecer nos cargos dos chefes do executivo (presidente, governador, prefeito) de imediato.

São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente da república, os governadores de Estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito. (Emenda Constitucional 16/97, §5º, art.14)

O país passara por momentos históricos da política Constitucional brasileira, que antecederam ao processo de reeleição, em 1988 com base na Constituição, o artigo 82 afirma que “o mandato de Presidente da República é de cinco anos” e em 1994 esse tempo de mandato de cinco anos foi alterado pela Emenda Constitucional 16/97, diminuindo o período de mandato para quatro anos. Esses períodos antecederam a aprovação da Emenda Constitucional para reeleição dos chefes do executivo. Representada na tradição política brasileira com um histórico de tramitação que posteriormente teria sua aprovação tendo início em fevereiro de 1995, quando 178 parlamentares subscreveram proposta do então Deputado pernambucano Mendonça Filho (PFL), iniciando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 01/95. Em 1996 a proposta fora analisada por representantes da sociedade civil e representantes da sociedade política, mesmo com a oposição ao projeto de reeleição, a proposição foi aprovada pelo Plenário da Casa, prosseguindo para o Senado Federal, já com a proposta que ao final seria aprovada. Em 1997, perto do fim de seu mandato de Presidente, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou ao legislativo o projeto de Emenda Constitucional que finalizava a proibição da reeleição, onde o FHC conseguiu aprovar a Emenda Constitucional nº16 de 1997, alterando a constituição de

1988, no artigo 82, sendo ele o primeiro presidente reeleito do Brasil. E sendo Aprovada em segundo turno em 04 de junho de 1997, convertendo-se na Emenda Constitucional 16/97, que introduziu pela primeira vez em uma Constituição Brasileira o processo eleitoral para as reeleições dos chefes do executivo. Segundo Rennó, em seu artigo sobre reforma política,

A mudança na regra eleitoral para os postos executivos claramente teve um lado casuístico, sendo aprovada em ano pré-eleitoral, 1997, e beneficiando diretamente aos que estavam no poder, como o então presidente da república (2007, pág.34)

A Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997 fez alterações no sistema político brasileiro. De um lado, transformou a Constituição, que por sua vez proibia o processo de reeleição do Presidente da República, afastando a reeleição das disposições passíveis de serem aceitas, por outro lado ativou uma instituição constitucional que não era posta em prática desde a República Velha, onde presidentes da província (governadores) e intendentess (prefeitos) rementiam-se para os cargos de onde teria vindo ocupando assim seu antigo posto.

Sendo assim, não havia continuidade do governo, tendo trocas de chefes do executivo, promovendo a consolidação do novo regime. Todavia, não existiam quaisquer tentativas de instalação de um novo governo autoritário e permanente no país.

A primeira Constituição republicana não acolheu, [...], o instituto da reeleição, preocupada com os riscos de um continuísmo não democrático. A proibição da reeleição, na época, tinha a sua razão de ser, tendo em vista o âmbito reduzido do eleitorado, a prática do coronelismo e a política dos governadores, que a tornaram uma democracia restrita (LAFER, 1996:78).

O instituto da reeleição é polêmico e gera debates controversos. Historicamente não faltam argumentos na literatura justificando a necessidade desse instrumento eleitoral ou condenando sua eficácia e aplicabilidade. Dentro destas discussões podemos destacar inicialmente Hamilton e Tocqueville, que apresentaram ideias opostas aos pressupostos da reeleição.

Hamilton em O Federalista (1993, LXXII, p. 183) defende o instituto da reeleição. Segundo ele, a proibição da reeleição desestimularia a realização de um bom governo. O governante em não permanecer no cargo privaria a comunidade de experiência conquistada pelo chefe, uma vez que deixaria seu posto. A

impossibilidade de reeleição limitaria a continuidade de trabalhos do governante colocando em risco a estabilidade de administração.

Tocqueville, ao contrário, analisa a reeleição de forma problemática, defendendo que apesar de manter no poder o bom governante, a reeleição fortalece as práticas de corrupção. No entanto, se o candidato conseguir se reeleger, o novo mandato permite que o governante coloque em prática a corrupção, nepotismo, onde o mandatário passa a governar em benefício próprio e não do Estado.

O deputado Vic Pires Franco argumenta em favor da reeleição tratando-a como um aprimoramento da vida política, que se faz necessário em uma sociedade organizada e participante com um eleitorado amadurecido e merecedor da ampliação de seus direitos de cidadania, por meio da possibilidade de aprovar a continuidade de um governo ou a reprovação de um governo que não atende a necessidade do eleitorado. Segundo Franco:

Quando vota pela primeira vez num candidato, o eleitor faz uma aposta sobre o futuro. Se o candidato for eleito, terá condições de, pelo seu desempenho, confirmar ou não o acerto do eleitor. Se dermos ao eleitor com a norma da reelegibilidade, a opção de reconduzir o mandatário estaremos ampliando-lhe os direitos políticos (*apud* BARRETO, 1998:55)

Desde que o processo de reeleição foi aprovado pela Constituição Federal, chefes do executivo no nível municipal (prefeitos), estadual (governadores) e presidentes tem buscado sempre se reeleger. Isso porque o mandatário do cargo possui o direito natural de se candidatar à reeleição, não precisando, em tese, ter que recorrer ao seu partido político para obter o direito de se candidatar em nome da legenda. Ainda que isso não aconteça de forma irrestrita na história das eleições no Brasil, mas tende a ser uma regra não escrita seguida por agentes político-partidários.

A possibilidade de reeleições causa discussões políticas, colocando em questão a ação do eleitor em reeleger o candidato/partido eleitoral, analisando o que o eleitorado espera ao reeleger um prefeito, e as práticas do candidato para conseguir renovar o mandato.

Em relação ao comportamento eleitoral, há discussões direcionadas às decisões tomadas pelo eleitor, onde uns condenam (psicologia) suas decisões como errôneas acreditando que o eleitorado em uma grande parte carece de informações, conhecimentos políticos tornando assim sua decisão eleitoral incompetente e de irresponsabilidade para um todo, e de outro lado há quem defenda (economistas) as

decisões do eleitor, possuindo capacidade de reconhecimento de interesses, objetivos votando no candidato que se encaixe e seja capaz de solucionar e defender suas ideias, sendo que as participações do mandatário, atuação como governante, possuem um papel relevante nas decisões do eleitorado.

É necessário garantir o direito de liberdade, de opinião e expressão, para que os indivíduos estejam em condições de escolher entre as oposições possíveis (BOBBIO, Ano: 200).

Segundo a psicologia ou a escola de Michigan<sup>1</sup>, existe um vínculo entre a classe social e o voto no partido, ou seja, a identidade do indivíduo com o partido/candidato estaria ligado à socialização política dos mesmos, onde as formações de opiniões advêm de atitudes políticas que é consolidada dentro do processo de socialização da massa, que sem a socialização política, a massa tem ideias desestruturadas e ilógicas, segundo Converse (1964):

“... E outros níveis da sociedade, observa-se que os sistemas de crenças vão perdendo coerência e densidade de conteúdo político, identificando-se até mesmo sistemas verdadeiramente idiossincráticos” (FIGUEIREDO, 1991:24).

A orientação em direção a questões política começa desde cedo principalmente em âmbito familiar (socialização política), “para a teoria psicológica o comportamento dos indivíduos é função da interação das atitudes a que esses indivíduos estão sujeitos em suas experiências sociais e políticas”.

Ou seja, sem a politização social, os eleitores são incompetentes, desinformados e com pouco conhecimento (CAMPBELL *et al.*, 1960) e como consequência tomam decisões míopes, idiossincrático sem se portar perante o resultado relacionado a sociedade.

Segundo os economistas, o eleitor sabe se portar perante uma urna na eleição, sendo racional em relação ao caráter instrumental do voto, reconhecendo assim seus interesses ministrando seu voto no candidato que melhor represente seus objetivos, sendo que se o eleitor reeleger é porque ele espera bons resultados se portando com a sociedade, esperando que o político chegue aos objetivos almejados. O eleitor tende a votar no candidato que conseguir formar junto a estes, a imagem de defensor dos interesses do povo, avaliando o desempenho do candidato.

---

<sup>1</sup> A Escola de Michigan ou Psicossociologia é a análise do comportamento eleitoral, sendo o indivíduo a origem de informações, onde sua identidade partidária seria criada por meio do processo de socialização política dos indivíduos.

Políticos eleitos podem ser motivados a escolher políticas que a população deseja, seja porque isso os ajudará a serem reeleitos... (FEARON, 1999:82).

O eleitorado decidindo as eleições/reeleições possuem ideias políticas alternadas, relacionadas ao meio em que vive por sistemas simbólicos que definem suas atitudes políticas, mesmo sem informações aprofundadas politicamente, o eleitor toma suas decisões eleitorais baseadas em suas necessidades sociais, independentemente de seus níveis de sofisticação política, que mesmo desinformados, os cidadãos possuem dados que possibilitam interpretar o governo.

Pereira e Rennó (2002) mostraram que o advento da reeleição dos chefes do executivo modificou as estruturas de oportunidades de carreira dos políticos e as estratégias dos partidos. Porém, a aprovação da reeleição não causou nenhum efeito perverso no sistema político, os efeitos perversos são os efeitos negativos que são impossíveis de serem antecipados, mas são conhecidos posteriormente com a efetivação de mudança.

A partir do momento em que aderimos à reeleição para os cargos executivos, o sistema político brasileiro sofreu um impacto grande na dinâmica das disputas, como a perda do espaço político pelo ex-prefeito para outro candidato que é renovação no governo, e a permanência do prefeito no governo (*incumbent*: aquele concorre à reeleição). Além desses efeitos, com o processo de reeleição, podem destacar o abandono de carreira, aposentadoria ou doença evitando assim uma derrota pela renovação, podendo ser uma decisão tomada pelo candidato ou pelo partido.

Porém, há aqueles que defendam e os que condenem o fato de o candidato se reeleger. Para a oposição, a reeleição tem seus riscos, destacando-se a dimensão de perpetuação do poder político local, havendo a personalização do cargo estimulando assim o abuso do poder (LINZ, 1991; SARTORI, 1996) ferindo os princípios de alternância no poder e principalmente de equidade nas condições de competição política, o candidato que ocupa cargos públicos gozaria de poderes excepcionais tais como o uso da máquina pública, desvio de verbas durante o período eleitoral, investimentos pessoais e nepotismo. A reeleição estabeleceria o incentivo à personalização do poder e perpetuação de elites políticas. O processo de reeleição vem levantando discussões intensificadas sobre a aprovação constitucional de 16/1997 que tem levado cerca de vinte propostas de Emenda Constitucional, cujo objetivo é estabelecer algum tipo de proibição a esse estatuto.

Favoravelmente, a reeleição passa a ser vista como continuidade de governo estimulando a continuação da administração pública, além de estimular e aperfeiçoar a capacidade de decisão dos eleitores, a capacidade do eleitor de punir o governo que foi mal em sua gestão não o reelegendo e consagrar o que em sua gestão alcançou os objetivos da massa eleitoral. Todavia as discussões relacionadas à reeleição são resultados de possíveis efeitos do ato de reeleger.

Desde a aprovação da Emenda Constitucional do instituto de reeleição no sistema eleitoral brasileiro já foram realizadas sete eleições consecutivas para Presidente da República, o que sinaliza uma possibilidade de amadurecimento do sistema de escolha pública de representantes.

Nas eleições nas municipais, o prefeito possui quatro alternativas, tais como o eventual abandono de carreira, ser candidato a vereador, esperar o próximo pleito estadual/nacional ou candidatar-se a reeleição. Sendo que, desde a introdução do direito a reeleição de chefe do executivo, candidatar-se à reeleição tem sido a mais utilizada por esses políticos. Após a instituição da reeleição, a primeira eleição fora em 2000 e 65% dos prefeitos optou pela candidatura a reeleição.

Uma das estratégias e ao mesmo tempo uma fragilidade no sistema partidário brasileiro nas eleições municipais é a troca de partido político para concorrer ao segundo mandato (MAINWARING,1999). Após o estabelecimento de reeleição, um terço dos prefeitos que concorreram à reeleição troca de partido. Com a candidatura a reeleição, o atual prefeito fica na expectativa entre perder a eleição ou vencer o pleito, em cada dez candidato à reeleição, sete foram bem sucedidos, no entanto, a força eleitoral do prefeito na reeleição e a proximidade com o partido do governador e do presidente, aumenta a probabilidade de reeleição. No entanto, estar alinhado ao governador e ser do partido do governador é um aspecto importante não apenas para facilitar a administração da prefeitura, sendo influência positiva na possibilidade de manutenção de cargo de prefeito como também é um aspecto importante na administração da prefeitura para conseguir outro mandato. O eleitor brasileiro premia os políticos com bons desempenhos, reelegendo-os, valorizando a boa gestão.

Para manterem-se com sucesso no processo de reeleição os candidatos utilizam estratégias políticas, ou seja, variáveis que estão ligados a sua atuação como a distribuição de votos, dominação e competição no reduto eleitoral, gastos de campanha, características dos municípios, influências políticas locais e as coalizões com os partidos políticos.

Em relação à reeleição para os chefes do executivo, Pereira e Rennó (2007) mostram que o advento da reeleição modificou as estruturas de carreira dos políticos e as estratégias dos partidos. As estratégias dos partidos para a reeleição de seus candidatos giram em torno de variáveis econômicas e variáveis de benefício social (como o bolsa família) (SHIKIDA *et al.*, 2009).

O chefe do executivo tem várias vantagens estratégicas, as quais reforçam os estímulos para sua permanência no governo. Já estar no cargo é a mais óbvia delas, seguindo de ser o nome mais conhecido do que os outros concorrentes, contar com maior acesso aos meios de comunicação, ter facilidade para conseguir financiamento para campanha, assim como recursos governamentais que podem ser usados direta ou indiretamente nas eleições (CARDARELLO, 2009:65).

Com a reeleição, economistas avaliam o impacto dos gastos públicos, do comportamento fiscal e dos orçamentos políticos sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos, isto é, se os prefeitos que concorreram à reeleição no exercício do mandato público, se desfrutaram ou não de vantagens eleitoral nas eleições municipais, afetando assim o comportamento dos gastos dos governos. Titiunik (2009) fez análise sobre a vantagem eleitoral dos prefeitos nas eleições municipais no Brasil, encontrando evidências eleitorais negativas da incumbência na margem de voto e também na probabilidade de o partido permanecer no poder. Ele avalia os três maiores partidos políticos, ou seja, partidos que havia ganhado maior número de cargos executivos municipais nas eleições de 2000 (PMDB, PSDB e PFL).

O maior partido em nível local no ano de 2000 foi o PMDB, a incumbência da prefeitura gerou efeito negativo de cerca de 20% na probabilidade de ganhar as eleições de 2004, com a margem de aproximadamente de 6 pontos percentuais. Para o PFL a incumbência em 2000 afeta negativamente a probabilidade de ganhar as eleições em 2004 com a margem de pontos de 4,5%. Para o PSDB a incumbência de ganhar também é negativa estatisticamente (TITIUNIK, 2009).

Ao analisar a vantagem eleitoral dos prefeitos nas eleições municipais Titiunik (2009) opta para investigar apenas os três maiores partidos e se omitindo aos dados de outros partidos no Brasil, como o PT. Desconsidera ainda pontos importantes, tais como a fraqueza existente entre os partidos políticos e o eleitorado brasileiro, ou seja, não há vínculos entre candidato e eleitor, o pressuposto do sistema político brasileiro ser multipartidário e a troca de partido, possibilitando a migração partidária segundo interesses momentâneos dos atores políticos.

Nos municípios, os prefeitos são eleitos de acordo com a regra majoritária do sistema multipartidário e, sendo eleito, o candidato precisa de uma base de apoio para governar, para isso os candidatos formam coalizões. Os eleitores elegem o prefeito em eleição majoritária, mas os membros das coalizões são os representantes partidários eleitos pelo método proporcional. Porém, a característica de um governo multipartidário afeta tanto a relação da oposição com o governo como também minimiza a concentração da responsabilidade pela formação das coalizões multipartidárias, onde as coalizões, um conjunto de partidos de posições ideológicas e preferências diferentes que fazem parte do governo e que controlam rendas e a oportunidade de extração de forma corrupta devem ser destacados aqui que um governo de coalizão deve ser entendido como um governo com vários partidos no poder, sendo essa a estrutura das coalizões.

No sistema majoritário as eleições têm efeitos negativos em relação ao comportamento corrupto dos governantes, ou seja, ao antecipar a avaliação do eleitorado no dia da eleição, percebe-se que os eleitores restringem a corrupção dos prefeitos logo no primeiro mandato, para obter bons resultados na reeleição, uma vez que a corrupção pode ocasionar a perda de votos pelo candidato. (FERRAZ e FINAN, 2007). Em uma eleição majoritária considera-se a competitividade da eleição, onde o candidato a prefeito não compete à eleição com candidato do mesmo partido.

O prefeito é a principal figura política responsável pelos serviços públicos fornecidos à população, sendo identificado como responsável pelo desenvolvimento municipal. Os governos locais possuem autonomia política e fiscal no Brasil, sendo responsáveis pela proteção do patrimônio histórico e cultural pela organização e transporte público e assistência social. O eleitor observa a *performance* do prefeito, analisando se é uma má ou boa gestão, onde reduz ou aumenta a probabilidade de reeleição do prefeito. A probabilidade de o prefeito se reeleger está relacionada às despesas municipais, ou seja, aumento das disponibilidades financeiras, que se o prefeito for correligionário do Presidente da República o acesso aos recursos federais será com mais facilidade, e o prefeito ainda pode usar a influência presidencial, se for um município pobre e que necessite de recursos federais.

As eleições municipais, nos 5.561 municípios brasileiros, ocorreram no mesmo período eleitoral para um mandato de quatro anos, onde todos os prefeitos eleitos em 1996 poderiam concorrer à reeleição no pleito do ano 2000. As eleições municipais brasileiras ocorrem em momentos distintos das eleições estaduais e

federais, que se realizam simultaneamente e com intervalo de dois anos, ou seja, o prefeito no fim de seu mandato pode abandonar a carreira política, candidatar-se a vereador, candidatar-se a reeleição, ou ficar dois anos sem mandato a espera da possibilidade de se candidatar a esfera estadual ou federal. Candidatar-se à reeleição ou abandonar a carreira política está associado ao desempenho do prefeito no momento de posse de seu cargo, que sua gestão juntamente com o custo da campanha eleitoral dirá a probabilidade de se reeleger para um novo mandato.

No entanto, a probabilidade de reeleição é influenciada pela *performance* do prefeito durante o primeiro mandato, traduzidos em linhas gerais pelos resultados de políticas públicas; pelas condições políticas enfrentadas no momento (se é correligionário do governador e do Presidente da República) e a força política de seu adversário; pelas características locais de seu município - instrução política e a renda do eleitorado e urbanização; e pelas características pessoais do prefeito (idade, formação, facilidade ou não de comunicação).

No contexto institucional brasileiro, os governos municipais desfrutam de considerável autonomia política e fiscal e os prefeitos detêm controle relevante sobre decisões orçamentárias e preenchimento de cargos no governo.

## CAPÍTULO II

### Disputando nas municipais – O que sabemos?

---

Atualmente o Brasil é constituído de 5.070 municípios em 27 estados (BATISTA, 2013). Nos municípios os prefeitos são eleitos de acordo com a regra majoritária e os legislativos subnacionais são eleitos pelo sistema proporcional de lista aberta. Com essa mistura de regras os candidatos a prefeito são eleitos em uma eleição majoritária em um sistema multipartidário e sendo eleito precisa de uma base de apoio para governar. Essa característica multipartidária do sistema afeta a relação da oposição com o governo, oposição constituída de vários partidos afetando os incentivos para o monitoramento e impactando a sua capacidade de governo. No entanto, a relação da oposição com o governo sofrerá impactos por ser formado por vários partidos com opiniões divergentes.

Em relação à estrutura e papel das coalizões em nível municipal pouco se sabe, mas segundo Mariana Batista “um governo de coalizões deve ser entendido como um governo com vários partidos no poder” (2013, p.100). Nesse sentido, vários partidos de posições ideológicas e preferências diferentes fazem parte do governo e com controle de rendas. As prefeituras ampliaram seu poder político e tributário com competência legal para arrecadar uma série de impostos e taxas específicas que são suscetíveis à deliberação do legislativo local, onde os municípios passaram a desempenhar papel de destaque com aumento das suas responsabilidades, tanto no âmbito das receitas quanto no das despesas (ARAÚJO, 200; SOUZA, 2004).

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2008, houve um total de 3.357 prefeitos candidatos à reeleição ultrapassando os 60% dos municípios brasileiros, Alagoas possui 102 municípios e teve 60 prefeitos candidatos a reeleição, ou seja, 58% tentaram se reeleger.

Os municípios são a primeira base eleitoral dos candidatos, a ocupação de cargos nas esferas menores dos cargos representativos é fundamental para uma futura

ocupação de Assembleias e Congresso, por isso que os candidatos aos cargos nacionais e estaduais dependem dos políticos locais para a sua eleição ou reeleição.

### *2.1 Como se configura a disputa municipal em termos de regras?*

Para concorrer às eleições nas municipais há regras a serem cumpridas e segundo o STF, o candidato que já exerceu dois mandatos consecutivos de prefeito (eleito e reeleito) fica inelegível para um terceiro mandato, ainda que seja em um município diferente. Sendo assim, o cidadão que já foi chefe do executivo por dois mandatos não poderá na eleição seguinte se candidatar ao cargo de vice. Os “vices” (vice-presidente da república, vice-governador, vice-prefeito) também não poderão se reeleger, para o mesmo cargo, ou seja, não poderá se eleger para um terceiro mandato de vice, mas, reeleitos ou não, poderão se candidatar ao cargo de titular na eleição seguinte, mesmo que tenham substituído o titular no curso do mandato.

Ou seja, para concorrer a outros cargos, o presidente da república, os governadores de Estado e Distrito Federal e os prefeitos, mediante renúncia aos respectivos cargos, deverá se afastar definitivamente. Segundo o TSE, o vice-presidente, o vice-governador e o vice-prefeito poderão se candidatar a outros cargos, desde que, nos seis meses anteriores ao pleito não tenham sucedido ou substituído o titular. As regras para escolha e registro de candidatos estão contidas na Lei nº 9.504/97 e também na resolução nº 23.373/2011/TSE.

Para os candidatos concorrem às eleições municipais, há um requisito de regras que o cidadão deve se encaixar estabelecido pela Constituição Federal de 1988, contido no capítulo IV que trata dos direitos políticos, nos parágrafos 3º e 4º, do Art. 14.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- 1- Nacionalidade brasileira comprovada no alistamento eleitoral;
- 2- Pleno exercício dos direitos políticos, capacidade de votar e ser votado.
- 3- Alistamento eleitoral obrigatório a todo cidadão entre 18 e 70 anos
- 4- Domicílio eleitoral com o título eleitoral do município pelo qual pretenda concorrer
- 5- Filiação partidária
- 6- Idade mínima, levando em consideração a data da posse.

Ou seja, essas regras são dos cidadãos que tem o direito de elegibilidade concedido pela Constituição Federal, na forma da lei, tendo condições de ser candidato e de ser votado, exercendo o soberano ato de cidadania.

Os de inelegibilidade são aqueles que não têm condições de ser candidato, sendo assim, não pode ser votado que são:

- 1- Os analfabetos e os inalistáveis.
- 2- Os que se enquadram nas hipóteses previstas na LC 64/90 e na Constituição Federal de 88.
- 3- Os prefeitos reeleitos ao mesmo cargo de vice, para um cargo consecutivo no mesmo município.
- 4- Os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, do prefeito, no território de jurisdição deste, ou de quem os haja substituí salvo se já titular de mandato eletivo e candidato a reeleição.
- 5- Aqueles que declarados como inelegíveis por decisão judicial.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos

A Constituição de 1988 negou ao analfabeto o direito de ser votado, mas deu-lhe o direito de votar, ou seja, é negado ao analfabeto o exercício da elegibilidade, porém, a Constituição Federal que proíbe a elegibilidade dos analfabetos é a mesma que permite que o inelegível exerça o soberano exercício de eleger.

Para se candidatar ao pleito, o cidadão não pode se candidatar avulso, para ser registrado como candidato, além de ser filiado ao partido, deverá ser escolhido na convenção. As convenções partidárias é a reunião de filiados de um partido com a finalidade de eleger aqueles que concorreram ao pleito. As normas para sua realização são previstas no estatuto do partido caso contrário o Órgão Nacional estabelecerá as normas que serão publicadas no Diário Oficial da União.

O objetivo das convenções é deliberar sobre os seguintes assuntos:

- 1- Formação ou não de coligação
- 2- Quais cargos o partido irá disputar
- 3- Escolha dos candidatos às eleições majoritárias e/ou proporcionais
- 4- Sorteio do número dos candidatos
- 5- Escolha do representante e/ ou delegado
- 6- Definição dos valores máximos de gastos por cada cargo em disputa.

Está escrito no Código Eleitoral, art. 87 que os candidatos às eleições, só podem concorrer ao pleito se estiverem inscrito em algum partido político.

Os parlamentares do poder Legislativo podem disputar cargos nas eleições permanecendo no exercício de seus mandatos, sem necessidade de desincompatibilização (Lei Complementar nº 64/90).

A Lei Complementar nº 64/90 em seu art. 1º, § 2º, prevê uma regra específica para os vices (vice-presidente, vice-prefeito e vice-governador), na qual eles poderão candidatar-se a outros cargos, preservando seus mandatos desde que nos seis meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

O chefe do Poder do Executivo não pode ocupar o cargo por mais de duas vezes consecutivas. Nas municipais se o prefeito já foi reeleito para o segundo mandato consecutivo, mesmo que tenha renunciado seis meses antes do pleito não pode se candidatar para o cargo de prefeito (TSE nº 21.483/DF). Já o vice-prefeito que estiver exercendo segundo mandato consecutivo pode concorrer ao cargo de prefeito numa terceira eleição, se substituiu o titular nos seis meses anteriores ao pleito não poderá se candidatar (TSE nº 22.757/DF). Isso porque “poderia tornar-se titular pela terceira vez consecutiva nas hipóteses de substituição e sucessão” (GOMES, 2010, p. 155).

Vale ressaltar que, referente às eleições de 2008 o TSE considerou que a reeleição para um terceiro mandato consecutivo como prefeito municipal é proibida não só no mesmo município, mas também em outro. No art. 14, § 7º, da Constituição são inelegíveis, nas eleições municipais o cônjuge/companheiro e os parentes consanguíneos do prefeito ou de quem o substituiu nos seis meses anteriores a eleição, são inelegíveis para qualquer cargo em disputa, agora se o prefeito se afastar seis meses antes da eleição seu cônjuge e parentes pode se candidatar a vereador (TSE nº 22.599/2007) se o prefeito for reelegível e renunciar ao mandato no prazo legal, podem se candidatar também a prefeito e vice-prefeito (TSE nº 21.406/2004).

## ***2.2 Como se dá a reeleição nas municipais?***

Os chefes do Poder Executivo no Brasil, incluindo o Prefeito, adquiriram o direito à reeleição a partir de 1997. Onde o mecanismo da reeleição representa a possibilidade de os eleitores avaliarem o comportamento de seus representantes e decidirem por conduzi-los ao cargo ou negarem-lhe sua confiança (BRAMBOR e CENEVIVA, 2012).

Os membros das coalizões governamentais são representantes partidários, que elegem membros para o legislativo pelo método proporcional. Um governo de coalizões deve ser entendido como um governo de vários partidos no poder. Numa eleição majoritária o candidato a prefeito não compete com os candidatos do mesmo partido (BATISTA, 2013).

Ao autorizar a reeleição para o Poder Executivo, a Constituição Federal permitiu aos chefes do executivo, dois papéis diferenciados, que são os de atuais administradores públicos, titulares de chefia do poder executivo e a de candidato para o próximo mandato sem a necessidade ou obrigatoriedade de desincompatibilizar de seus cargos.

Durante a possibilidade de reeleição em nível municipal, viabiliza-se a recondução de prefeitos para seus respectivos cargos, sem que haja a necessidade de se desincompatibilizarem de suas funções de mandatários do poder do Executivo o qual ocupa, e ainda estando na atividade executiva, tentarão um novo mandato, podendo assim, recorrer à máquina administrativa usando-a em benefícios próprio com o intuito de obter vantagens eleitorais. Configurando assim, o abuso de poder político, utilizando pessoas, material ou órgão e repartições públicas. Todavia, o prefeito municipal está submetido à força legal que lhe prescreve um comportamento obrigatório e lícito dando-lhe determinadas condutas e proibindo outras.

O serviço público fornecido à população é de responsabilidade do prefeito, sendo identificado como responsável pelo desenvolvimento municipal. O eleitor observa a *performance* do prefeito, analisando se é uma má ou boa gestão, onde reduz ou aumenta a probabilidade de reeleição do prefeito (MENDES e ROCHA, 2004).

A probabilidade de o prefeito se reeleger está relacionada às despesas municipais, ou seja, o aumento das disponibilidades financeiras. Se o prefeito for correligionário do Presidente da República o acesso aos recursos federais possivelmente será com mais facilidade e o prefeito ainda pode usar a influência presidencial, se for um município pobre e que necessite de recursos federais. Ser do partido do Presidente pode garantir acesso privilegiado do prefeito aos fundos federais, ou seja, ser correligionário do Presidente aumenta as chances de reeleição do prefeito (MENDES e ROCHA, 2004).

As eleições municipais, nos 5.561 municípios brasileiros, ocorrem no mesmo período eleitoral para um mandato de quatro anos. As eleições municipais brasileiras ocorrem em momentos distintos das eleições estaduais e federais, que se realizam

simultaneamente e com intervalo de dois anos, ou seja, o prefeito no fim de seu mandato pode abandonar o cargo, candidatar-se a vereador, candidatar-se a reeleição, ou ficar dois anos sem mandato a espera da possibilidade de se candidatar a esfera estadual ou federal. Candidatar-se a reeleição ou abandonar a carreira política está ligado ao desempenho do prefeito no momento de posse de seu cargo, de sua gestão e do custo de sua campanha eleitoral, a *performance* e o investimento econômico durante a campanha indicam a probabilidade do prefeito se reeleger para um novo mandato. Segundo Mendes e Rocha (2004, p.4) as chances de reeleição estão intimamente ligada à despesa municipal, ou seja, um prefeito que tenha reduzido em 10% a despesa durante seu mandato teve uma probabilidade de reeleição de 28% enquanto o que aumentou a despesa em 50% teve a probabilidade de reeleição ampliada para 43%.

Assim como a despesa municipal é uma variável importante para a reeleição do prefeito, a influência partidária, a proximidade com o partido do Presidente e do governador aumenta a probabilidade de reeleição do prefeito, além do comportamento do eleitor e dos fatores estruturais que podem impactar as chances de reeleição do prefeito.

Rocha e Mendes (2004) mostram que a influência do Presidente na região Nordeste é grande para eleger o prefeito, onde a relação do prefeito com o presidente, principalmente nas regiões mais pobres e dependentes de recursos federais, reforça a transferência de recursos aos municípios.

Com a aprovação do processo de reeleição os chefes do executivo buscam reeleição imediata, uns obtendo sucesso e outros não e essa possibilidade de reeleição vem causando discussões políticas e nesse processo foram analisados variáveis que levam ao resultado de derrota ou vitória do prefeito nas reeleições.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 16 de 4 de junho de 1997 foi alterado o texto Constitucional que modificou o sistema político brasileiro que proibia o processo de reeleição do Presidente da República, reativando uma instituição que não era praticada desde a República velha<sup>2</sup>. Houve uma evolução histórica na reeleição no Brasil, no entanto, a vedação para os cargos do executivo era regra na legislação eleitoral da constituição brasileira como diz no art. 43 que “O

---

<sup>2</sup> Quando presidentes da província (governadores) e intendentess (prefeitos) poderiam ser reconduzidos ao cargo que ocupava.

Presidente exercerá o cargo por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período presidencial imediato”.

Todavia, o objetivo da República era romper com o continuísmo na política acabando com qualquer regime anterior exigindo a alternância do chefe de Estado promovendo a consolidação de um novo regime. Segundo Celso Lafer (1996), a primeira constituição republicana não acolheu o instituto da reeleição por causa do eleitorado reduzido, a prática do coronelismo e a política dos governadores, onde essa vedação da reeleição podia ser vista como proteção contra quaisquer possíveis tentativas de se instalar um governo autoritário e permanente no país. Quando presidentes da província (governadores) e intendentess (prefeitos) poderiam ser reconduzidos ao cargo que ocupava.

Durante a pesquisa fora elaborado um perfil político-partidário sobre os reeleitos, descrevendo quem são os reeleitos em Alagoas, analisando o perfil do prefeito a partir de algumas de suas características tais como, idade, sexo, ocupação e partido político. Conhecer quem é o chefe do executivo municipal é de grande importância para a sociedade em geral, todavia, o prefeito é o agente político que está mais próximo da população estando assim mais bem informado das necessidades das comunidades. No entanto, há variáveis que ligam o eleitor ao perfil dos candidatos, pois, o eleitor monitora a *performance* do prefeito estando ligado ao que repercute na mídia em favor ou contra o candidato a reeleição e/ou eleição (MENDES e ROCHA, 2004).

Nas eleições municipais do Estado de Alagoas em 2012 foram eleitos 102 prefeitos, no Brasil foi eleito um total de 5.568. Com esses resultados de prefeitos eleitos no Estado, *quem se reelege prefeitos nos municípios Alagoanos?* Com o objetivo de buscar resposta para a pergunta em questão a pesquisa utiliza estatística descritiva analisando empiricamente, por meios de variáveis, os candidatos reeleitos para as prefeituras no Estado de Alagoas. As variáveis estudadas são a reeleição; o comportamento do eleitor; o perfil dos prefeitos; estratégias dos candidatos ao cargo do executivo; as condições políticas.

Na variável reeleição são analisadas as possibilidades e os desafios que tem o prefeito de renovar o seu mandato de forma consecutiva. No processo de reeleição o atual prefeito perde a eleição ou vence o pleito. Nas eleições municipais usa-se a força eleitoral do prefeito, influência eleitoral e fidelidade dos eleitores ao candidato e a competição eleitoral municipal, medida pelo histórico do Número Efetivo de Partidos

(NEP, 1996-2004) nas disputas para o cargo majoritário, quanto maior a competição menor a probabilidade de reeleição (CAVALCANTE, 2015).

A variável comportamento do eleitor em relação aos candidatos aos cargos do executivo é de fundamental importância nos resultados das eleições, no entanto, nessa variável é analisado se os cidadãos tendem a premiar ou punir políticos de acordo com os desempenhos de seus governos, onde no decorrer da pesquisa descritiva observa-se que o eleitor brasileiro premia políticos com bons desempenhos, assim, reelegendo-os.

Baron (1994) e Grossman e Helpman (1996) dividem o eleitorado entre “informado” e “não-informado”, e mostram que quanto maior o percentual de eleitores não-informados, mais fraca é a relação entre *performance* administrativa e probabilidade de reeleição.

O eleitor analisa a *performance* do candidato, onde a boa (má) gestão aumenta (diminui) a probabilidade de reeleição de um prefeito. Nas eleições municipais de 2008 o eleitor valorizou a boa gestão, constatando que o eleitor premia aqueles que obtenham uma boa gestão. Isso indica de algum modo que o eleitor possui algum tipo de conhecimento político e reelegem de acordo com aqueles candidatos que suprem suas necessidades e se encaixa no perfil da comunidade eleitoral (CAVALCANTE 2015).

Ao acompanhar a *performance* do prefeito durante seu primeiro mandato, o eleitorado analisa se houve algum crime praticado pelo candidato, esse tipo de crime é divulgado na TCU, que as vésperas de cada eleição, publica a lista de pessoas consideradas inapropriadas pelo Tribunal. Ou seja, o eleitor procura o desempenho do candidato analisando se ele foi ou não um bom gestor, onde será punido ou premiado pelo eleitorado no dia da eleição.

O perfil dos prefeitos, nas eleições municipais, é uma variável que influencia bastante nos resultados eleitorais, e parte de algumas características pessoais, sendo observado o sexo, a idade, ocupação e partido político. O perfil dos prefeitos é uma variável de grande importância para os eleitores.

A idade do candidato pode dar uma ideia da experiência de vida do prefeito e ser determinante na sua escolha pela comunidade. O sexo se feminino ou masculino, a ocupação que o prefeito coloca na ficha de inscrição do candidato e o partido político, considera a filiação partidária do prefeito eleito e não a coligação partidária.

Outra variável é a estratégias dos candidatos ao cargo do executivo e dentre essas estratégias se destaca a troca de partido para concorrer ao segundo mandato, à força eleitoral do prefeito, a proximidade com o partido do governador e do presidente são fatores determinantes na reeleição do prefeito aumentando a probabilidade de reeleição do prefeito, onde o candidato à reeleição garante os votos do eleitorado conquistado com seu desempenho de governo, e os que são de garantia do governador e do presidente. O fato de ser correligionário do Presidente da República facilita o acesso a recursos federais, e aumenta a probabilidade de reeleição (MENDES e ROCHA).

As condições políticas (partido ou coligação, apoio do governador ou presidente) também é uma variável bastante forte para os resultados de reeleição ou não, nessa variável analisam-se as condições que o atual prefeito enfrenta no momento, ou seja, se o adversário é um candidato forte dentro da competição política, se há ou não o apoio do governador e do presidente da república, no entanto, se houver o apoio dos correligionários a probabilidade de se reeleger ao cargo do executivo municipal é bem maior. Todavia, com um adversário forte a disputa torna-se mais acirrada e mais cara e nessas condições políticas o apoio do correligionário é fundamental (MENDES e ROCHA).

## CAPÍTULO III

### Metodologia

Neste capítulo descrevo os principais procedimentos metodológicos para a confecção da análise dos dados. Neste trabalho analisamos os candidatos à reeleição de prefeituras municipais em Alagoas nas eleições de 2012. Queremos saber quais são as variáveis que estão associadas à reeleição desses candidatos a prefeitos. Desse modo, precisaremos também das informações preliminares dos candidatos no momento em que eles se elegeram na eleição anterior. Portanto, analisamos as eleições 2008 e 2012 e faremos comparações entre esses dois pleitos. O quadro abaixo resume as informações sobre a seleção dos casos analisados.

**Quadro 1. Desenho de pesquisa**

Dados	Descrição
Cargos analisados	Prefeituras
Eleições	Eleições municipais 2008-2012
Unidade de análise	Prefeitos candidatos à reeleição por município
Fonte dos dados	Tribunal Superior Eleitoral

Nossa unidade de análise é o prefeito candidato a reeleição no município. O quadro abaixo apresenta as variáveis utilizadas para analisar a reeleição de prefeitos nestes municípios.

**Quadro 2. Variáveis do trabalho**

Variável	Descrição	Tipo	Valores
Votos	Percentual de votos dos prefeitos que se candidataram à reeleição.	Numérico	-
Partido	Partido político dos candidatos que tentaram reeleição.	Texto	-
Sexo	Sexo dos candidatos que tentaram reeleição.	Categórica	0 = Masculino 1 = Feminino
Receita	Gastos de campanha dos candidatos à reeleição na eleição anterior e em sua tentativa de reeleição.	Numérico	-
Município	Tamanho dos municípios onde foram disputadas as reeleições.	Categórica	0 = pequeno 1 = médio 2 = grande
Valor do voto	Total de votos dividido pela receita de campanha nas duas eleições analisadas.	Numérico	-

Eleição	Ano das eleições	Data	2008-2012
Migração	Identifica se o candidato migrou de partido entre as eleições.	<i>Dummy</i>	0 = Não Migrou 1 = Migrou
Situação	Situação de totalização ao fim da eleição.	<i>Dummy</i>	0 = Não eleito 1 = Eleito

De maneira geral estaremos comparando os prefeitos candidatos à reeleição por sexo, partido, receita de campanha e migração partidária. Nosso objetivo é identificar as variáveis que estão associadas à reeleição de prefeitos. Conseqüentemente, a variável dependente (VD) é a reeleição dos prefeitos. Ela é medida como uma variável binária (Situação: reeleito e não-reeleito) e secundariamente como o percentual de votos destes prefeitos. Em termos teóricos, esperamos certo tipo de relação entre algumas variáveis. Para isso, descrevemos abaixo um grupo de hipóteses descritivas que guiarão as análises e interpretação dos resultados.

#### Hipóteses descritivas

- O aumento da receita de campanha está relacionado ao aumento do percentual de votos do prefeito;
- Migração partidária está associada à obtenção de maior fração de votos;
- Pertencer ao partido do governador aumenta a obtenção de votos do prefeito;

Estas mesmas hipóteses podem ser assumidas quando a variável dependente é medida binariamente. Esperamos, portanto:

- Uma forte associação entre receita de campanha e ser reeleito;
- Uma forte associação entre migrar de partido e ser reeleito;
- Uma forte associação entre pertencer ao partido do governador e ser reeleito.

De maneira geral, faremos essas comparações tomando como variáveis de controle sexo do prefeito (a), tamanho do município e pelo valor do voto dos prefeitos (as). Em termos de métodos e técnicas utilizaremos estatística descritiva, teste de chi-quadrado, comparação de médias e correlação de Pearson para analisar estas relações.

## CAPÍTULO IV

### Os reeleitos em Alagoas: uma análise descritiva

As análises a seguir buscam responder a nossa questão de pesquisa: *quem se reelege prefeito nos municípios alagoanos?* Nossa estratégia de investigação analisa as eleições 2008 e 2012. O primeiro passo é analisar o quadro geral das candidaturas nessas duas eleições, como descrito na tabela 1.

**Tabela 1. Quadro geral das eleições por tipo de candidato**

Eleição		(%)	
2008	<i>Incumbent?</i>	Não	82,20
		Sim	17,80
	Total	100	
2012	<i>Incumbent?</i>	Não	85,40
		Sim	14,60
	Total	100	

Fonte: Dados do TSE (2016).

De acordo com a tabela acima, para as Eleições 2008 17,80% dos candidatos eram *incumbents*, isto é, era candidatos a reeleição. Por outro lado, 82,20% eram candidatos desafiantes. Nas Eleições 2012 os dados são semelhantes, 84,40% dos candidatos que estão disputando uma cadeira de prefeito municipal contra um candidato que já ocupa a cadeira de prefeito. A seguir descrevemos os candidatos segundo o sexo, como mostra a tabela 2.

**Tabela 2. Quadro geral das eleições por tipo de candidato e sexo**

Eleição			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
2008	<i>Incumbent?</i>	Não	17,40	82,60	100,00
		Sim	17,60	82,40	100,00
	Total	17,40	82,60	100,00	
2012	<i>Incumbent?</i>	Não	16,30	83,70	100,00
		Sim	22,70	77,30	100,00
	Total	17,30	82,70	100,00	

Fonte: Dados do TSE (2016).

A tabela acima apresenta as candidaturas por eleição, situação eleitoral e sexo. Em 2008 dos candidatos que buscavam sua reeleição (os *incumbents*) 17,60% eram mulheres, enquanto que 82,40% eram homens. Em 2012 é possível notar que o número de mulheres que buscavam o *incumbents* aumentou em relação à eleição de 2008, aumentou para 22,70%, enquanto o número de homens que buscavam sua reeleição (*incumbents*) caiu para 77.30%.

Tabela 3 Grau de Instrução dos Incumbents

Grau de instrução	2008	2012
Ensino fundamental completo	7,8	6,8
Ensino fundamental incompleto	2	6,8
Ensino médio completo	21,6	29,5
Ensino médio incompleto	--	6,8
Superior completo	54,9	36,4
Superior incompleto	13,7	13,6
Total	100	100,0

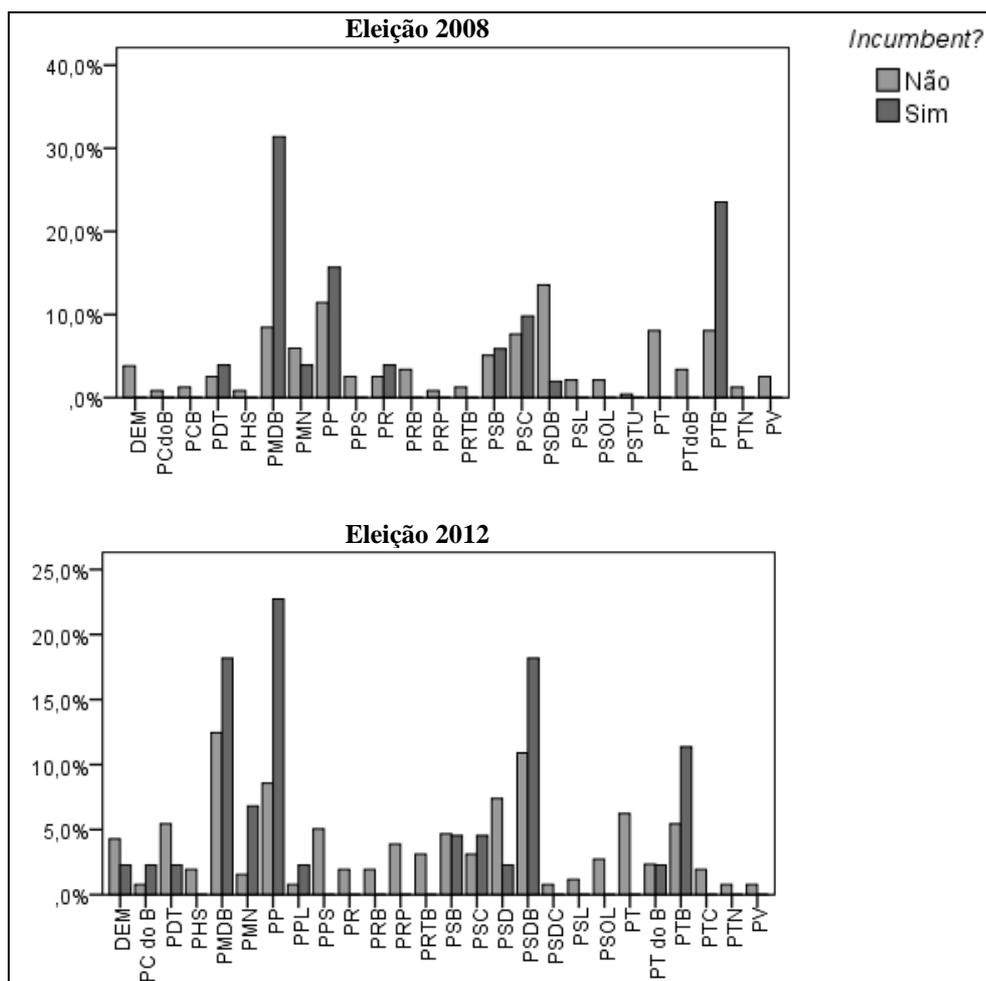
A maior parte dos candidatos à reeleição possuía ensino superior completo (36%). Aqueles com ensino médio completo representaram 29,5% dos *incumbents*. Por outro lado, poucos prefeitos possuíam grau de instrução baixo. Ensino fundamental incompleto e completo representaram 6,8% dos candidatos à reeleição. A tabela abaixo apresenta o estado civil dos candidatos à reeleição.

Tabela 4 estado civil dos candidatos a reeleição

Estado Civil	2008	2012
CASADO (A)	72,5	77,3
DIVORCIADO (A)	9,8	6,8
SEPARADO (A)		
JUDICIALMENTE	7,8	2,3
SOLTEIRO (A)	9,8	6,8
VIÚVO (A)		6,8
Total	100	100

A grande maioria dos candidatos à reeleição é casado em ambos os pleitos (72,5 em 2008 e 77,3 em 2012). Por outro lado, pouco são aqueles que foram separados judicialmente. Além disso, a proporção de solteiros é baixa durante as duas eleições. A figura abaixo apresenta o lançamento de candidaturas por partido e eleição.

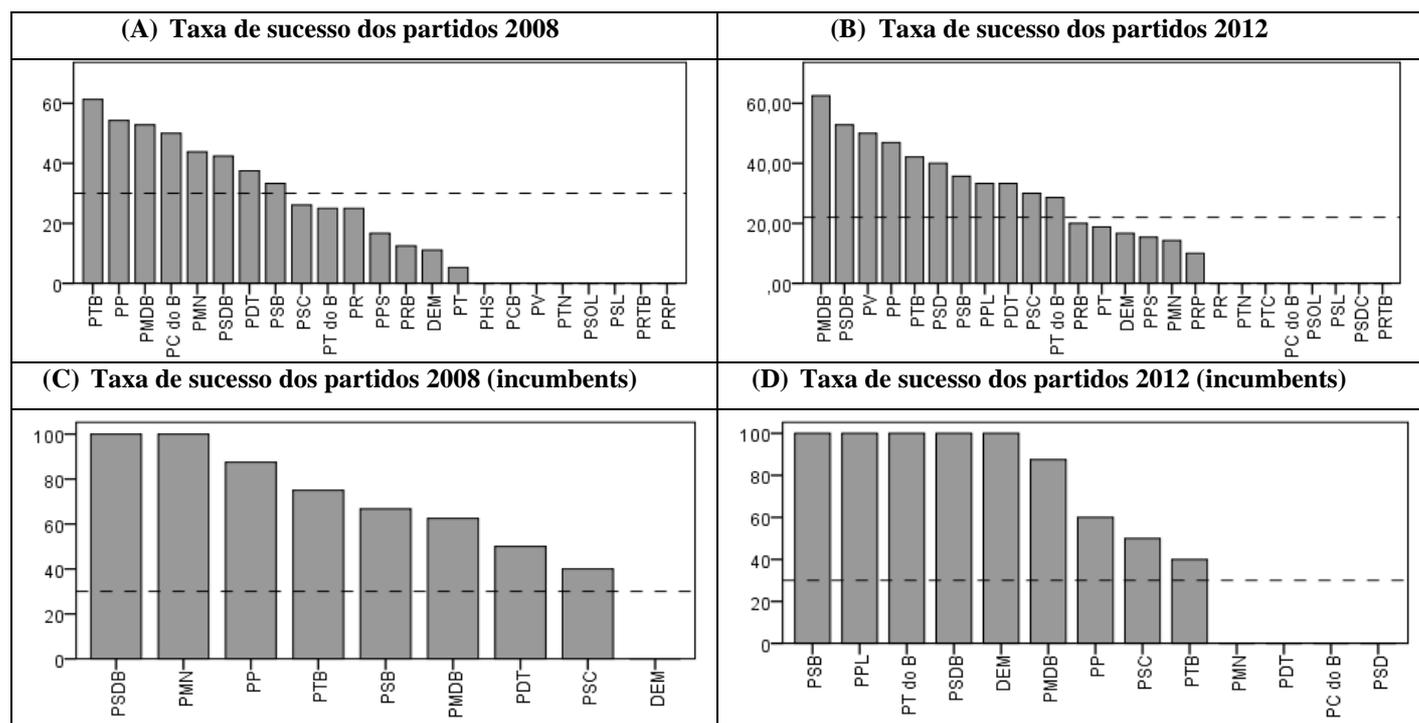
**Figura 1. Distribuição de candidatos *incumbents* por partido político e eleições (2008 / 2012)**



Fonte: Dados do TSE (2016).

Os gráficos acima mostram a distribuição de candidatos *incumbents* por partido político e eleições. Em 2008 os partidos que obtiveram mais candidatos à reeleição (*incumbents*) foram PMDB, o PTB, PP e o PSC. Já nas eleições de 2012 há uma mudança no partido que teve mais candidato *incumbents* que fora o PP, logo em seguida vem o PMDB e PSDB com a mesma porcentagem de candidatos *incumbents* e depois o PTB. A figura abaixo apresenta a taxa de sucesso geral dos partidos pequenos nas eleições para prefeituras em Alagoas durante 2008 e 2012. Além disso, ela apresenta também a taxa de sucesso analisando somente os *incumbents* por partidos.

Figura 2: taxa de sucesso dos partidos (geral) e por Incumbents



Em 2008, os partidos que possuíam as maiores taxas de sucesso de maneira geral foram PTB, PP e PMBD. Nas eleições seguintes (2012), foram PMBD, PSDB e PV. Analisando somente as disputas que possuíam incumbents a maior taxa de sucesso em 2008 foi do PSDB, seguida do PMN e do PP. Nas eleições 2012, por outro lado, as maiores taxas de sucesso foram do PSB, PPL e do PT do B. Os casos com taxa de sucesso zero não conseguiram reeleger seus prefeitos.

Tabela 5. Descritivos do percentual de votos

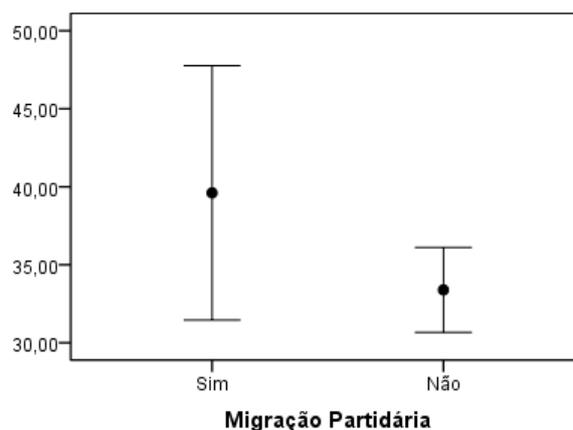
Ano eleitoral	Incumbent?	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
2008	Não	236	0,02	99,98	30,34	21,45
	Sim	51	18,28	100	53,66	14,72
2012	Não	257	0,00	96,73	30,90	22,19
	Sim	44	0,55	100	51,33	17,61

Fonte: Dados do TSE (2016).

De acordo com a tabela, nas eleições de 2008 a média do percentual de votos dos candidatos desafiantes (*challengers*) foi de 30,34 com desvio padrão de 21,45. O máximo de votos que um prefeito alcançou foi de 99,98%. No que se refere aos candidatos *incumbents*, o mínimo de votos que ele conquistou foi de 18,28% e o máximo foi de 100%.

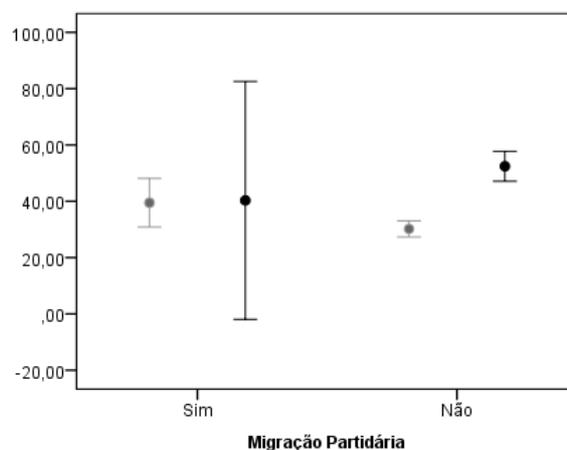
Para as eleições de 2012 a média percentual de votos dos candidatos desafiantes foi de 30,90% com desvio padrão de 22,19%. O máximo de votos que o prefeito alcançou foi de 96,73%. No que desrespeito aos candidatos *incumbents* o mínimo de votos que ele conquistou foi de 0,55% e o máximo foi de 100%. A figura abaixo apresenta uma comparação do percentual de votos entre os candidatos que migraram de partidos e aqueles que o não fizeram.

**Gráfico XX Votos (%) por migração partidária em 2012**



De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, em média os candidatos a prefeito que migraram de partido em 2012 alcançaram mais votos do que aqueles que não migraram. O Gráfico abaixo compara a migração partidária pela condição do candidato: se incumbent ou desafiante.

**Figura Votos (%) por migração partidária e situação incumbent ou desafiante**



Na média os *incumbents* que não migraram de partido receberam mais votos do que aqueles que migraram. Contudo, entre aqueles que migraram, alguns conseguiram aumentar sua votação significativamente. Para o *incumbent* que não migrou, sua votação foi bem menos variada. O gráfico indica que migrar de partido pode ser proveitoso, mas não para todos. O efeito de migrar de partido pode ser extremamente danoso para alguns. Contudo, a maioria dos candidatos à reeleição não migram de partido. Somente 4 casos migraram de partido. A tabela abaixo apresenta a estatística descritiva do gasto de campanha.

**Tabela 6. Descritivos do Gasto de Campanha (R\$)**

Ano Eleitoral	<i>Incumbent?</i>	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
2008	Não	236	0,00	2.706.000,00	62.674,65	206.159,96
	Sim	51	0,00	957.382,55	138.450,32	161.980,98
2012	Não	257	0,00	4.811.056,09	133.571,13	375.698,46
	Sim	44	20305,50	850.957,25	155.377,18	142.999,07

Fonte: Dados do TSE (2016).

A tabela mostra os descritivos do gasto de campanha no ano eleitoral, em 2008 a média do gasto de campanha dos candidatos desafiante foi de 62.674,65 com um desvio padrão de 206.159,96. O máximo de gastos que um prefeito teve foi de 2.706.000,00. Em relação aos candidatos *incumbents* a média de gasto foi de 138.450,32 e o máximo de 957.382,55.

Os descritivos do gasto de campanha de 2012 a média dos candidatos desafiante foi de 133.571,13 com desvio padrão de 375.698,46. O máximo de gasto de campanha que o prefeito alcançou foi de 4811056,09. Em relação aos candidatos *incumbents* a média de gasto foi de 155.377,18 e o máximo de 850.957,25.

**Tabela 7. Descritivos do Valor do Voto (R\$)**

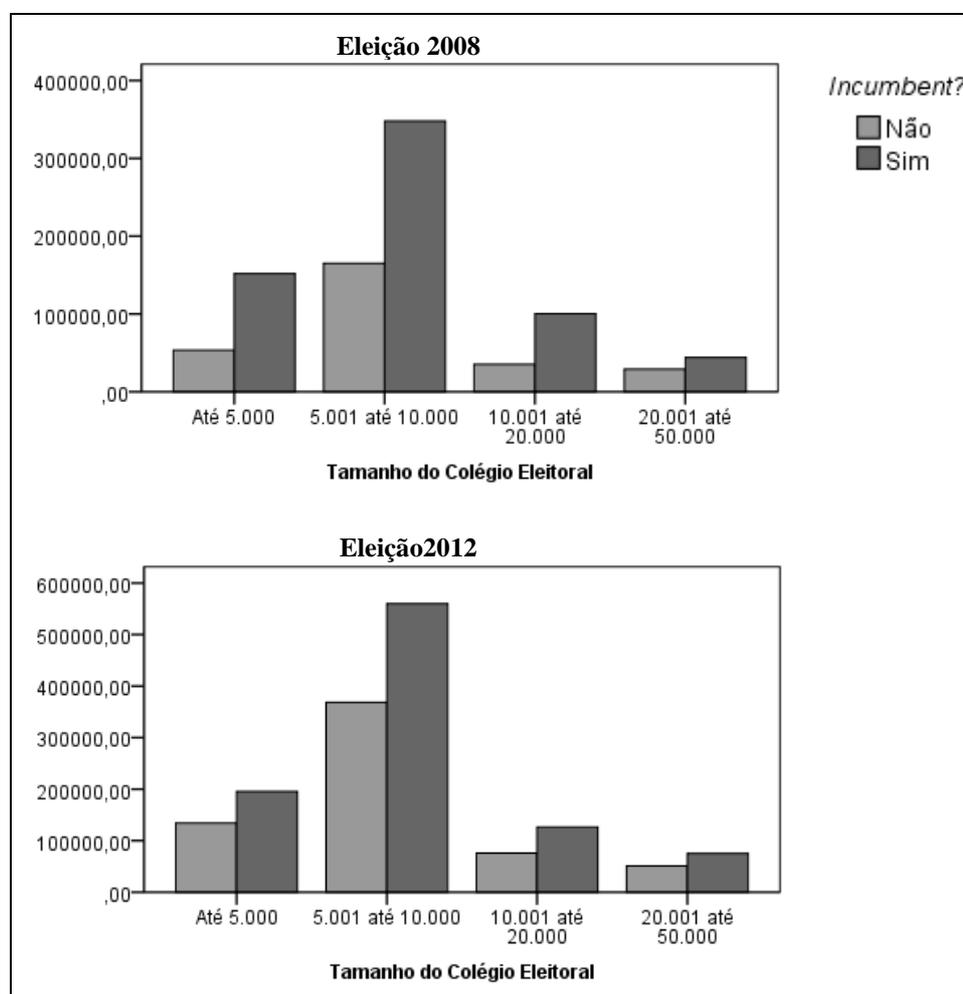
Ano Eleitoral	<i>Incumbent?</i>	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
2008	Não	236	0,00	1.655,83	29,92	126,11
	Sim	51	0,00	72,05	23,95	15,98
2012	Não	257	0,00	1.800,00	57,18	162,37
	Sim	44	6,41	1.465,98	71,52	216,42

Fonte: Dados do TSE (2016).

De acordo com a tabela de descritivos do valor do voto, no ano de 2008 a média de gasto do valor do voto dos candidatos desafiantes (não *incumbents*) foi de 29,92 com desvio padrão de 126,11. O máximo de gasto que um prefeito teve foi de 1.655,83. Para os candidatos *incumbents* a média foi de 23,95 e o máximo de 72,05.

Nas eleições de 2012 a média de gastos do valor do voto para desafiantes foi de 57,18 com um desvio padrão de 162,37. E o máximo que o prefeito gastou foi de 1800,00. Em relação aos candidatos *incumbents* o média foi de 71,52 e o máximo foi de 1.465,98.

**Figura 2. Gasto de campanha por tamanho do colégio eleitoral**

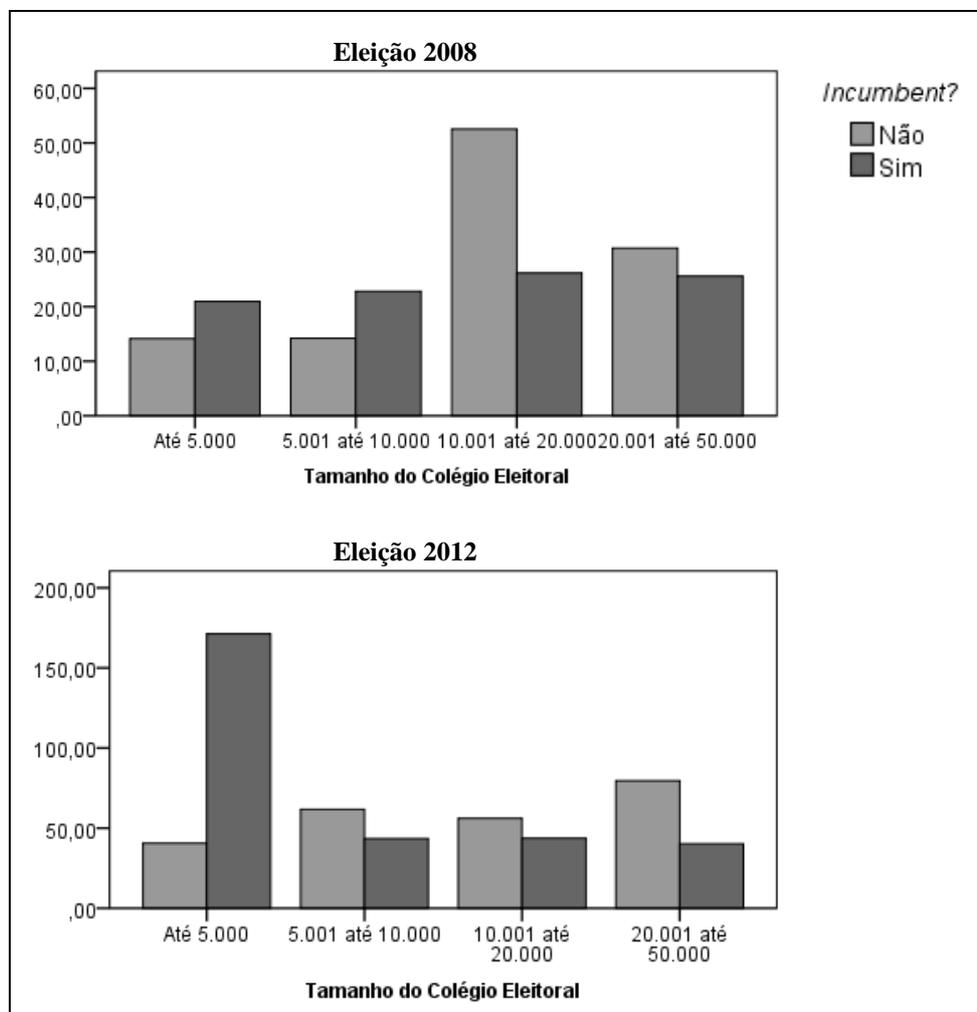


Fonte: Dados do TSE (2016).

A figura apresenta o gasto de campanha por tamanho de município. De maneira geral, *incumbents* sempre gastam mais do que desafiantes. Em 2008, o gasto de campanha foi mais alto nos municípios de 5.001 a 10.000 eleitores, tanto

*incumbents* quanto desafiantes. Em 2012 houve um aumento de gasto de campanha maior que a eleição passada nos municípios de 5.001 a 10.000 eleitores.

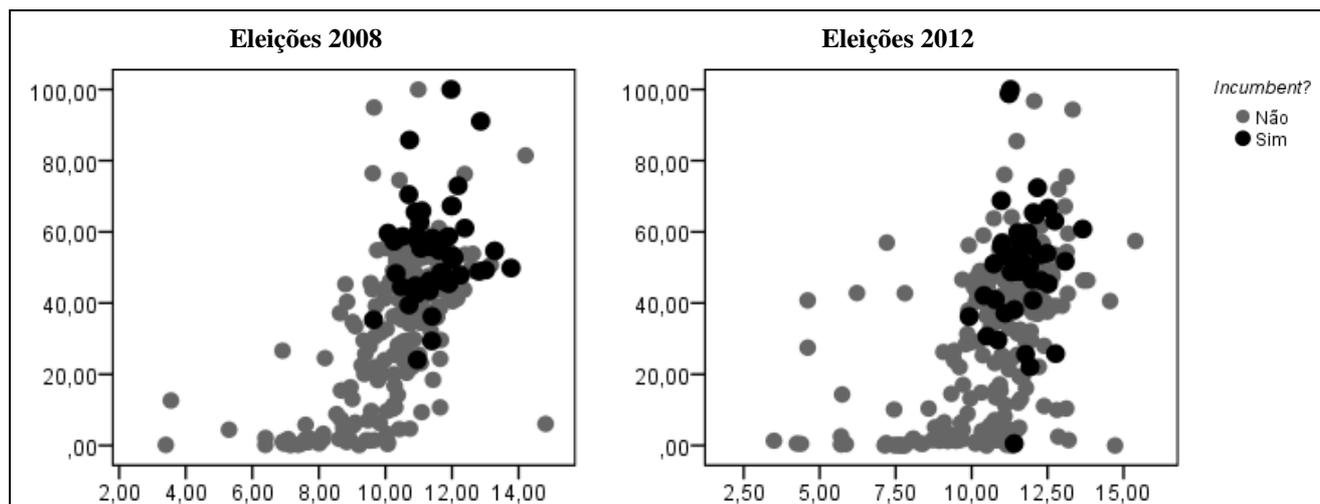
**Figura 3. Valor do voto por tamanho do colégio eleitoral**



Fonte: Dados do TSE (2016).

A figura apresenta o valor do voto por tamanho do colégio eleitoral. Em 2008 o gasto do valor do voto para os candidatos desafiantes (não *incumbents*) foi mais alto nos municípios de 10.001 até 20.000 eleitores sendo mais alto do que o gasto dos candidatos *incumbents*. Em relação a 2012 o valor do voto por tamanho do colégio eleitoral foi maior para os candidatos *incumbents* do que para os candidatos desafiantes nos municípios de até 5.000 eleitores, onde os municípios de 10.001 até 20.000 eleitores caíram comparado com 2008.

**Figura 4. Log do gasto de campanha e percentual de votos por situação eleitoral**



Fonte: Dados do TSE (2016).

Tanto para a eleição 2008 quanto para 2012, observa-se uma relação positiva entre gasto de campanha e percentual de votos tanto para *incumbents* quanto para desafiantes. Substantivamente o gráfico indica que na média quanto mais dinheiro foi gasto pelos candidatos maior foi o seu percentual de votos. A tabela abaixo apresenta a força da correlação entre gastos e votos.

**Tabela 8. Correlação log do gasto com percentual de votos**

Ano eleitoral		Log da Despesa	Votos (%)
2008	Log da Despesa	1	0,615** (N = 246)
2012	Log da Despesa	1	0,506** (N = 280)

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Esta tabela apresenta a força da associação entre despesa de campanha e votos. De acordo com ela, nas eleições 2008 a força dessa relação foi de  $r = 0,615$  e foi estatisticamente significativa. Em 2012 a força dessa relação foi de  $r = 0,506$  sendo menor que nas eleições anteriores e foi estatisticamente significativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O trabalho buscou analisar o processo de reeleição nas municipais no Estado de Alagoas, analisando o período de 2008 a 2012. O advento de reeleição deu ao eleitor a possibilidade de avaliação de seus representantes e decidirem se os reelegem ou não, como também foi dada aos candidatos a oportunidade de permanecer nos cargos de chefe do executivo de forma imediata. Nossa análise teórica evidenciou que o instituto de reeleição é polêmico desde o seu nascedouro e gera debates controversos.

As análises apontaram que nas eleições de 2008 houve mais candidatos desafiantes do que *incumbents*, em 2012 não foi diferente, 84,40% dos candidatos eram desafiantes. Em relação ao sexo dos candidatos que buscavam reeleição tanto em 2008 como em 2012 a maior porcentagem era de homens, sendo que houve uma pequena queda em 2012 que na eleição anterior o total de homens era de 82,40%, e na eleição seguinte foi para 77,30%.

De acordo com o grau de instrução dos *incumbents*, a maior parte dos candidatos nos dois anos eleitorais tinha ensino superior completo com 36%, ensino médio com 29,5%. 6,8% dos candidatos à reeleição apresentaram baixa formação educacional, fundamental completo e incompleto.

A pesquisa notou que a grande maioria dos candidatos à reeleição são casados em ambos os pleitos, 72,5% em 2008 e 77,3% em 2012. Em relação à distribuição de candidatos *incumbents* por partido político e eleição nota-se que o PMDB, PTB, PP e o PSC foram os partidos que obtiveram mais candidatos à reeleição.

Se analisar apenas as eleições com *incumbentes*, em 2008 foi PSDB, PMN e PP que apresentou maior percentual de candidatos. Em 2012 a maior taxa de sucesso foi o PSB, PPL e PT do B. O percentual de votos em 2008 para candidatos desafiantes foi de 99,98% e os *incumbents* foram de 100%. Em 2012 para os candidatos desafiantes foi de 96,77% e para os *incumbents* foram no máximo 100%.

Migrar de partido pode ser danoso para candidatos à reeleição, na maioria os candidatos não migram de partido. Em relação aos gastos de campanha, tanto em 2008 quanto em 2012, os *incumbents* gastaram mais que os desafiantes.

De maneira geral, a pesquisa buscou comparar os prefeitos candidatos à reeleição por sexo, partido político, receita de campanha e migração partidária. O aumento da receita de campanha está relacionado ao aumento dos votos do prefeito, havendo uma relação entre receita de campanha e ser reeleito. Migrar de partido estar associada a maior obtenção de votos, permanecer no partido do governador e presidente aumenta a probabilidade de ser reeleito.

## Referências Bibliográficas

---

BARRETO, A. Reelection para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). *Debates* (UGRGS), V.3, 2009.

BARRETO, A. O que reelege um prefeito? Texto para discussão n.4, Senado Federal, Brasília, 2004.

BARRETO, Lauro. *Reeleição & continuísmo: aspectos históricos, doutrinários políticos e jurídicos da Emenda Constitucional nº 16*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

BATISTA, Mariana. Incentivos da dinâmica política sobre a corrupção Reelection, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. *RBSC* Vol. 28 nº 82 junho/2013.

BRAMBOR, Tomas e CENEVIVA, Ricardo. Reelection e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos Estudos- CEBRAP* n.93, julho, 2012, pp.9-21.

CARVALHO, João Fernando Lopes de. *Reeleição para os cargos de poder executivo: Interpretação da emenda constitucional nº 16/97 e alterações dela decorrentes*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Direito da PUC-SP, 2004.

CAVALCANTE, Pedro. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol.21, nº1, abril, 2015.

DELIBERADOR, Giuliano Savioli e KOMATA, Nicanor Barry. Reelection nas municipais de 2008. In: Caggiano, M. H. S. (org.). *Comportamento eleitoral*. Barueri: Manole, 2010, pp.63-90.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do voto. Introdução. *Revista Compolítica*, n. 4, Vol. 1, ed. Janeiro-julho, 2014.

KRAUSE, Silvana; PAIVA, Denise; MELO, Paulo Victor. Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil, 27 de maio de 2016.

LAFER, Celso. "Reeleição e maturidade política". In: Folha de São Paulo, São Paulo. 1 de dezembro de 1996.

MENDES, ROCHA e AMORIM. "O que reelege um prefeito?". Texto para discussão n.7, Senado Federal, Brasília, 2004.

MOIÉS, José Álvaro. Eleições, participações e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova* n. 22, São Paulo Dec. 1990.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que um reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p.133-172.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que um reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.27, n.4, p.664-683, out.-dez. 2007.

Regras para a candidatura de quem já ocupa cargo político-eletivo — <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/regras-para-a-candidatura-de-quem-ja-ocupa-cargo-politico-eletivo>

VERCH, Alessandra. Entendendo a reforma política: a reeleição e o tempo de mandato. *Papo Sério! Reforma Política*, 2013.